

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 530.247 - SP (2019/0258395-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : THIERS RIBEIRO DA CRUZ**  
**ADVOGADO : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP0384031**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALAN HENRIQUE DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **EMENTA**

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 387, § 1º, DO CPP. REMISSÃO AOS MOTIVOS CONSTANTES DA DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. MATÉRIA JÁ APRECIADA POR ESTA CORTE SUPERIOR. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. CONFIGURAÇÃO. TEMPO DE PRISÃO PROVISÓRIA QUE CORRESPONDE A QUASE METADE DA PENA IMPOSTA AO RÉU. ORDEM CONCEDIDA.

1. A custódia provisória foi mantida, na sentença, por permanecerem hígidos os motivos que justificaram a decretação da medida em momento anterior. A questão relacionada aos fundamentos adotados para embasar a prisão provisória do réu já foi apreciada por este órgão colegiado no julgamento do RHC n. 109.956/SP. Assim, não há motivos para alterar a conclusão já exarada por esta Corte Superior, a respeito da idoneidade dos fundamentos indicados para justificar a prisão provisória do paciente.

2. A despeito da indicação de motivos bastantes para a prisão, é desproporcional a manutenção da medida. Isso porque: a) o réu foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão; b) não há registro da interposição de recurso contra a sentença pelo Ministério Público; c) o lapso decorrido desde a prisão em flagrante do paciente (5/11/2018) até a data em que foi concedida a liminar neste *writ* (30/8/2019) se aproxima de metade da reprimenda a ele imposta.

3. Conquanto se considere idônea a motivação adotada para ensejar a custódia cautelar, nos moldes já consignados no RHC n. 109.956/SP, vê-se que o acusado está preso há mais tempo do que seria necessário, na execução da reprimenda, para que lhe fosse alcançada a progressão de regime.

4. A manutenção da medida cautelar indica maior gravidade do

# *Superior Tribunal de Justiça*

que o próprio cumprimento da pena a que ele foi condenado, circunstância que evidencia o excesso de prazo da prisão provisória.

5. Ordem concedida para, confirmada a liminar e diante do excesso de prazo identificado na espécie, relaxar a prisão preventiva do sentenciado.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**